

LEGISLATIVO

# Bloqueado aumento do quadro de pessoal no Senado Federal

por Marcos Magalhães  
de Brasília

Por pouco o Senado Federal aprova, no último dia de sessão legislativa do ano, mais um "trem da alegria", que desta vez beneficiaria cerca de 280 funcionários de confiança dos atuais parlamentares. No início da sessão da tarde de ontem, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), primeiro secretário do Senado, questionou uma resolução da mesa diretora, adotada pela manhã, que tornava os funcionários membros do quadro permanente. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PR), acatou a questão de ordem e suspendeu o ato. Apenas o plenário do Senado, mediante projeto de resolução, poderá, se quiser, oficializar a medida, no ano que vem.

"Agora tornamos as coisas mais difíceis", comemorou Magalhães, após a decisão de Lucena. Ele lembrou que a decisão da mesa fora tomada pela apertada margem de três votos contra dois — o presi-

dente não estava presente à votação, segundo relatou. E que quatro funcionários de cada gabinete — três secretários parlamentares e um assessor técnico — poderiam ingressar no quadro do Senado sem concurso, caso a medida fosse adiante. "Quando indicamos esses funcionários, o fizemos sob a condição de que, encerrados os nossos mandatos, todos seriam afastados", disse Magalhães.

O Senado aprovou ainda:

- Uma série de empréstimos à União, aos estados e municípios. Foram beneficiados o Estado do Acre (1,7 milhão de Obrigações do Tesouro Nacional — OTN), a prefeitura de Petrópolis (4,6 milhões de OTN) e o Estado do Rio de Janeiro (1,4 milhão de OTN), a prefeitura de Vitória (1,5 milhão de OTN) e o Estado do Mato Grosso, que contratará empréstimo externo de 26,4 milhões. A União foi autorizada a contrair dois empréstimos junto ao Banco Mundial (BIRD): um de US\$ 300 mi-

lhões, destinado a financiar o IV Programa de Crédito para o setor agroindustrial, e outro de US\$ 71 milhões, para financiar o projeto de irrigação de Taíba, em Minas Gerais.

- Permissão para a Caixa Econômica Federal contratar empréstimos de US\$ 80 milhões, também junto ao BIRD, destinado ao financiamento do projeto Pró-Sanear, que pretende estender a habitações na periferia de cidades de grande e médio porte serviços de saneamento básico.

- Um projeto de lei de autoria do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que cria o adicional de tarifa portuária.

- Um projeto de lei de autoria do governo federal que autoriza a Universidade Federal de Goiás a doar imóvel à União Estadual de Estudantes.

- Um projeto que marca para 16 de abril de 1989 as eleições para prefeitos e vice-prefeitos nos municípios criados até 15 de junho deste ano.

- Vários projetos que ga-

rantem gratificação extraordinária para servidores da Justiça.

- Projeto que cria o pedágio com cobrança mensal para os veículos que trafegam em rodovias federais; a cobrança será feita com base no ano de fabricação e no número de eixos do veículo.

- Criação do Superior Tribunal de Justiça, que se instala no lugar do atual Tribunal Federal de Recursos.

O Senado rejeitou, por outro lado, um projeto proveniente da Câmara que pretendia transformar a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) em autarquia especial. A pedido do líder do PMDB, Ronan Tito, foi adiada a votação de um projeto do senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) que visava ao estabelecimento de correção monetária mensal para os depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Projeto com o mesmo teor foi aprovado pela Câmara na noite de terça-feira.